

# Autonomia e horizontalidade no movimento de ocupações (2015-2016): princípios genéricos ou localizados?

Vinícius Luiz Corrêa<sup>1</sup>

Recebido em maio de 2024  
Aceito em junho de 2024

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa documental e bibliográfica com o objetivo de compreender o desenvolvimento territorial do movimento secundarista de ocupações de escola (2015-2016) a partir da comparação entre relatos secundaristas da região metropolitana de Curitiba e o interior do Paraná. A metodologia é de caráter qualitativo, a técnica foi a análise de conteúdo das fontes documentais, bibliográficas e entrevistas semiestruturadas. Frequentemente se conclui que o movimento se pautou pelos princípios organizativos e políticos da autonomia e da horizontalidade. Estes princípios seriam característicos pela expressão de um desejo de protagonismo e democracia radical direta oriundos da tradição política do autonomismo. Em 2021, surgem novos dados com a pesquisa nacional “Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e autoformação política das e dos ocupas” que possibilitam a reavaliação de interpretações anteriores à luz de novos dados, esforço realizado no presente trabalho a partir do território. O resultado apresenta algum grau de municipalização do movimento secundarista de ocupações verificada pela diversidade de formas organizativas e princípios políticos adotados ao longo do território paranaense, revela-se a importância das relações dos estudantes com outros atores sociais na organização das ocupações. É possível afirmar que os princípios da autonomia e da horizontalidade são menos gerais do suposto pela literatura.

**Palavras-chave:** Organizações de movimentos sociais; Movimento secundarista de ocupações; Ocupações de escola; Subjetividade política; Repertórios de ação.

**Autonomy and horizontality in the occupations movement (2015-2016): generic or localized principles?**

## ABSTRACT

This work is the result of documentary and bibliographic research, the objective was to comprehend the territorial development of the highschooler occupation movement in Brazil (2015-2016) in a comparative approach between highschooler's accounts from the Metropolitan Region of Curitiba and the other regions of the Paraná state. Qualitative methodology was employed, using the techniques of content analysis of document, bibliographical and interview sources. Literature about the highschooler occupation movement concludes that the movement guided itself on the principles of autonomy and horizontality. These principles were characterized by a will of protagonism and radical democracy among students hailing from the autonomist political thought. In 2021, new data about the occupations was published by the national research named “Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e auto-formação política das e dos ocupas”, this allowed a revaluation of prior interpretations, this effort

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista de mestrado CAPES-DS vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e-mail: correalvinicius@gmail.com

was realized in the current work in light of the idea of territory. Results present a degree of municipalization of the highschooler occupation movement verified by the diversity of organizational forms and political principles utilized along the Paraná state, research reveals the importance of highschooler's interactions with other social actors for the organization of occupations. It is possible to conclude that the autonomy and horizontality principles are less general than the literature supposes.

**Keywords:** Social movement organizations; Highschooler occupation movement; School occupations; Political subjectivity; Repertoires of action.

## Introdução

Animados pelo contexto político conturbado os “secundas”<sup>2</sup> apresentaram-se à cena política em 2015 e 2016 com um novo repertório de ação (TILLY, 1995, p. 26) marcado pela ocupação de escolas e prédios públicos, trancamentos de ruas, jogral e boicotes (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 58; 63; 175). Seu objetivo era revogar determinadas políticas educacionais consideradas regressivas orientadas pela contenção dos gastos públicos com a educação ou a adoção de técnicas de gestão escolar neoliberais (GROOPPO, 2018, p. 110-111)<sup>3</sup>.

A sociologia e a educação se debruçaram sobre as mobilizações realizadas pelos estudantes em 2015 e 2016 chegando a um consenso interpretativo acerca dos princípios políticos e organizativos das ações coletivas secundaristas possíveis de serem resumidos em demanda de protagonismo político-organizativo dos estudantes.

O presente trabalho objetiva reavaliar essas interpretações se baseando em dados secundários de entrevistas<sup>4</sup>, partindo da diversidade territorial das ocupações no estado do Paraná. Essa reavaliação será realizada tendo em vista a demanda de protagonismo dos estudantes perante atores externos, o que leva ao objetivo secundário de analisar as relações internas e externas do movimento secundarista de ocupações.

<sup>2</sup> O termo se refere a como eram chamados os estudantes secundaristas em luta entre os estudantes e apoiadores durante as mobilizações.

<sup>3</sup> As medidas contestadas pelos protestos estudantis variam entre transferência das escolas estaduais de Goiás para organizações sociais, falta de investimentos em infraestrutura nas escolas no Rio Grande do Sul e Ceará, a reorganização escolar do sistema estadual em São Paulo, e finalmente, a MP 746/2016 da reforma do ensino médio e PEC 241/2016 do teto de gastos para gastos primários do Estado Brasileiro a nível nacional que nacionaliza os protestos estudantis (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Gropo, 2018, 91).

<sup>4</sup> As entrevistas utilizadas no trabalho são parte da pesquisa nacional sobre as ocupações coordenadas pelo Professor Luis Antonio Gropo, localizadas no site:

<<https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

A pergunta de pesquisa questiona a universalidade dos princípios da autonomia e horizontalidade sintetizados por Medeiros, Ribeiro e Melo (2019, p. 24) dominantes na maior parte da literatura sobre o movimento secundarista de ocupações: os princípios da autonomia e horizontalidade são universais para o todo o protesto de ocupação secundarista?

Para elucidar esta pergunta o estudo se vale da análise de quinze entrevistas referentes a sete locais no estado do Paraná abrangendo região metropolitana e interior<sup>5</sup>, a partir desses dados é possível mediar particularidades dentro do próprio movimento secundarista de ocupações, possibilitando a avaliação das interpretações correntes sobre as ocupações escolares. As entrevistas foram analisadas a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1996) configurando a metodologia qualitativa da pesquisa.

### **O saldo interpretativo das ocupações estudantis**

Estudos sobre o movimento secundarista de ocupações se centram sob a observação das formas de organização dos estudantes em luta procurando compreender as lógicas de ação dos estudantes. Tais estudos descrevem as ocupações com uma série de características, podendo ser resumidos em alguns princípios.

O primeiro é chamado *princípio da autonomia*, relacionado à necessidade de contestar as representações midiáticas e estatais acerca dos protestos cuja ideia era a dependência de organizações políticas, sobretudo partidos políticos, propositada para deslegitimar publicamente a imagem da luta secundarista como um subproduto de interesses políticos espúrios em vez de demandas legítimas dos estudantes<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Para efeitos de clareza, o interior do estado do Paraná é considerado no artigo o conjunto de cidades exteriores à Região Metropolitana de Curitiba, esta abrange os seguintes municípios: Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

<sup>6</sup> A narrativa da manipulação dos estudantes é mais comum nas ocupações paulistas, mas esteve presente no caso paranaense, o então governador Beto Richa declarou: “Não há necessidade desse tipo de comportamento, boa parte deles estimulados pelos próprios sindicatos” Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/richa-questiona-credibilidade-de-sindicato-estava->>

O princípio da autonomia pode ser descrito da seguinte forma: “a palavra-chave utilizada pelos estudantes em todos os episódios é ‘[não] tomar a frente’: respeitar o protagonismo estudantil e a autonomia dos alunos na direção do seu próprio movimento” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 160), na prática isso significa: “toda ajuda sempre foi bem-vinda, mas qualquer tentativa de intromissão ou direção exógena seria denunciada como intolerável” (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019, p. 24), o princípio de autonomia nega a possibilidade de ação decisória sobre o movimento por parte de outros atores. Ademais, serve como orientação das formas legítimas de agir perante às ocupações, garantindo os poderes decisórios aos protagonistas da luta.

Alvos frequentes das acusações de ferir o princípio de autonomia foram as entidades estudantis representativas e juventudes partidárias, levando a tensionamentos com os secundaristas precursores das ações coletivas, portanto, o princípio da autonomia servia também para demarcar a distância e diferença perante uma tradição política compreendida como burocratizada, oportunista e distanciada da realidade estudantil<sup>7</sup>.

Outro princípio organizativo pode ser chamado *princípio da horizontalidade* caracterizado pela demanda de democracia direta nos processos decisórios das mobilizações concretizada por um novo repertório de ação (Tilly, 1995, p. 24), passando por assembleias, divisão de tarefas igualitária, voluntária e rotativa, crítica aos repertórios tradicionais de protestos baseadas na representação (MEDEIROS, JANUÁRIO e MELO, 2019, p. 24).

A origem desses princípios organizativos pode ser traçada à ligação com organizações autonomistas como o Movimento Passe Livre-SP e o coletivo O Mal Educado, na construção das ocupações estudantis de primeira onda em São Paulo<sup>8</sup>, essa

---

ai-defendendo-a-dilma-o-lula-1u0087ad1w9hzug7e7bkonoo/?ref=link-interno-materia>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

7 Para uma descrição completa da relação entre os estudantes orientados pelo princípio da autonomia e as entidades estudantis protagonizadas pelas juventudes partidárias do PCdoB e PT (UBES, UPES, UMES, etc.) checar o capítulo 2 do livro *Escolas de Luta* de Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), sobretudo os itens 2.3 até 2.8.

8 Segundo Groppo (2018) é possível categorizar o movimento secundarista de ocupações em duas ondas, a primeira estadualizada possuindo ciclo próprio em cada estado e relativamente independentes entre si, abrangendo apenas escolas de ensino médio abrange o período do último terço de 2015 até meados de 2016; a segunda retrata a luta comum contra a PEC 241/2016 e MP 746/15 com caráter nacionalizado

influência leva a autores como Januário *et al* (2015, p. 192) a afirmarem uma “cultura política autonomista” em oposição à tradição das entidades estudantis.

A literatura sobre o movimento secundarista de ocupações apresenta confluência com o modelo explicativo descrito acima, o princípio de autonomia é descrito em uma série de trabalhos com outras denominações, normalmente relacionado à capacidade auto organizativa dos secundas e sua disposição para tomar o protagonismo do protesto para si independentemente da interferência de outrem, (STEIMBACH, 2018, p. 195; PACHECO, 2018, p. 218-219; SILVEIRA, 2019, p. 96-96; BORGES, 2019, p. 60; DAVID, 2019, p. 133-135; FALAVINHA, 2020, p. 158). Outrossim, a maioria desses trabalhos mencionam a horizontalidade como elemento fundamental do processo decisório ao relatar a existência de assembleias, divisão igualitária das funções e a ausência de lideranças formais.

Os livros de Campos e Medeiros e Ribeiro (2016), Costa e Groppo (2018) e Medeiros, Januário e Melo (2019) realizam contribuições para avançar a interpretação do movimento secundarista de ocupações como um movimento cuja lógica de ação estava orientada pelos princípios da autonomia e da horizontalidade<sup>9</sup>.

Portanto, pode-se afirmar os princípios da autonomia e horizontalidade como consensos da literatura acerca do movimento secundarista de ocupações presentes em diversos formatos de pesquisa, baseados em fontes primárias ou secundárias. Resta saber se essas conclusões podem ser generalizadas para a totalidade do movimento ou são características de locais particulares dos protestos estudantis.

## Metodologia e fontes de análise

A metodologia de análise foi qualitativa orientada pela técnica da análise de conteúdo (Bardin, 1977), o procedimento teve como objetivo captar presenças e ausências das falas dos secundaristas acerca de suas relações internas e externas ao

---

envolvendo escolas estaduais, institutos federais e universidades públicas abrangendo o período de setembro de 2016 até novembro do mesmo ano.

<sup>9</sup> Januário *et al* (2016, pp. 182) coadunam a interpretação das ocupações estudantis como ações coletivas orientadas pelos princípios da autonomia e horizontalidade, os seguintes artigos mencionam as demandas por autonomia e horizontalidade nas ocupações

movimento secundarista de ocupações, identificando nesse processo as continuidades e rupturas com o modelo de autonomia e horizontalidade, portanto, a categorização dos dados se deu selecionando aquelas passagens cuja enunciação do entrevistado revelam algo sobre a forma de organização das ocupações no seu local de atuação e, posteriormente, comparando estas declarações com as de outros entrevistados ou referências bibliográficas.

O *corpus* analítico<sup>10</sup> foi construído a partir das entrevistas semiestruturadas publicadas no site <https://www.ocupacoestudantis.com.br><sup>11</sup> do projeto de pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e auto-formação política das e dos ocupas”, foram selecionadas as entrevistas referentes ao estado do Paraná totalizando 15 entrevistas localizadas em sete regiões do estado, além destas entrevistas foram adicionadas duas publicações que disponibilizaram entrevistas em apêndice (STEIMBACH, 2018, p. 232-343; PACHECO, 2018, p. 237-271).

Foram selecionadas entrevistas com secundas da segunda onda de ocupações no estado do Paraná por conta da capacidade de concentrar em si uma diversidade territorial de ocupações por vezes ausente na bibliografia sobre o movimento secundarista de ocupações, posto que a maioria das pesquisas usaram fontes primárias com menor abrangência territorial levando à impossibilidade de uma perspectiva comparada. É nesse sentido que a técnica utilizada favoreceu a compreensão dos aspectos singulares e generalizados das ocupações descritas nos relatos.

### **A territorialização do movimento secundarista de ocupações**

Esta seção se dedica a apresentar e discutir dados empíricos do movimento secundarista de ocupações no tocante aos seus princípios organizativos e políticos

<sup>10</sup> Além destas fontes de pesquisa foi utilizado o livro *Escolas de Luta* como referência bibliográfica privilegiada pois é resultado de uma pesquisa abrangente em mais de 30 escolas ocupadas em São Paulo, outras fontes auxiliares importantes foram os documentários *República do Caos* (Silva; Jesus; Chagas, 2017) e *Ocupa Tudo*, de Carlos Pronzato (2017). De forma acessória foram consultadas notícias e editoriais veiculados na mídia hegemônica impressa como fonte histórica.

<sup>11</sup> À época da pesquisa as entrevistas estavam nesse domínio, não obstante foram transferidas para outro site. Atualmente se encontram disponíveis em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoestudantis/fontes/>> Acesso em: 04. mai. 2024.

partindo das ocupações da Região Metropolitana de Curitiba em direção às do interior do estado do Paraná, essa discussão nasce em debate com a interpretação de que há um princípio político-organizativo geral das ocupações no Brasil, sintetizado pela seguinte citação relacionada ao princípio da autonomia: “em *todos os demais estados* foi possível verificar como esta demanda de manutenção do protagonismo secundarista pautou a relação com os atores externos: toda ajuda sempre foi bem-vinda, mas qualquer tentativa de intromissão ou direção exógena seria denunciada como intolerável” [grifos meus] (MEDEIROS, JANUÁRIO e MELO, 2019, p. 24). O objetivo da investigação é saber se os princípios organizativos do movimento secundarista de ocupações são generalizados ou particularidades de determinadas localidades e posteriormente interpretados como elementos gerais dos protestos estudantis.

A demanda de protagonismo e os princípios da autonomia e horizontalidade estão presentes na maioria das escolas ocupadas da Região Metropolitana de Curitiba, a tese de Steimbach (2018) revela a importância subjetiva do princípio da autonomia:

Havia um esforço nítido dentro das ocupações para que não fossem criadas e destacadas lideranças. Também, não se podia esperar de um movimento tão repentino que se escapasse, totalmente, de uma lógica tão em nós impregnada, qual seja, a necessidade de organização pautada em hierarquia vertical. O que queremos destacar é o esforço dos jovens em não resvalar nessa hierarquização, por isso, algumas ocupações radicalizam em não ter nem comissões de trabalho e, da mesma maneira, no coletivo das ocupações, veremos adiante, fugiu-se sempre que se pode da tutela das organizações estudantis tradicionais. [...] longe da tutela de alguma organização que os quisesse liderar, o movimento não foi fechado às organizações sociais que lhes pudessem ajudar. (STEIMBACH, 2018, p. 60-61).

A avaliação de Steimbach coaduna o modelo de autonomia e horizontalidade previamente discutido e, em via de regra, percebe-se uma predominância desta forma de organização na maioria das ocupações desse território com algumas variações<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> O grau de radicalidade com que os princípios da horizontalidade e autonomia eram aplicados variava de ocupação para ocupação, o que é reconhecido por Steimbach (2018) e explorado por Pacheco (2018) ao demonstrar a diferença das formas de organização das ocupações do Colégio Estadual do Paraná radicalmente autonomista onde a pesquisadora foi barrada de entrar na ocupação utilizando a camiseta de sua organização política (Levante Popular da Juventude) e do C.E. Pedro Macedo onde essa organização tradicional do movimento estudantil pôde atuar desde que respeitando o protagonismo estudantil, ainda que levantando alguns tensionamentos.

Perante as ocupações autônomas, entidades estudantis representativas aparecem como um ente externo dotado de outra lógica organizativa e política, produzindo tensões entre os dois campos (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 58; STEIMBACH, 2018, p. 239; PACHECO, 2018, p. 86). Na Região Metropolitana de Curitiba, a atuação da União Paranaense dos Estudantes (UPES), foi interpretada pelos estudantes independentes em função do interesse na cooptação das ocupações levando à divisão entre as ocupações organizadas no Núcleo de Ocupações de Curitiba (NOC), e as ações institucionais da UPES voltadas para a negociação com o governo e posicionamento centralizado perante a mídia<sup>13</sup> (SILVA; JESUS; CHAGAS, 2017).

O interior do estado do Paraná apresenta uma configuração distinta, algo que pode ser relacionado à falta de contato direto entre as ocupações da Região Metropolitana de Curitiba e aquelas espalhadas pelo território paranaense<sup>14</sup>. As entrevistas do interior do Paraná não foram capazes de constatar contato direto entre as ocupações da capital com as do interior, portanto, se pode afirmar que as formas organizativas e políticas provavelmente se desenvolveram sem direta relação com o modelo propagado na Região Metropolitana de Curitiba<sup>15</sup>.

Como se deu o uso das redes sociais nas ocupações do interior? “Nesse momento eu nem enxergava ver o que as pessoas pensavam, porque hoje em Ponta Grossa as pessoas se atacam muito por redes sociais e na época a gente não tinha muito acesso à

<sup>13</sup> Apesar de não participar das ocupações, o então presidente da UPES concedeu várias entrevistas sobre o movimento secundarista de ocupações no Paraná, uma das fontes de tensão com as tendências mais autonomistas das ocupações secundaristas. Uma das entrevistas pode ser visualizada em: Eriksson Denk; Antoniele Luciano. *Gazeta do Povo*. 13 de out. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ocupacoes-atingem-20-das-unidades-com-ensino-medio-no-parana-f2c9wmclwcwy2jzidrqair8/>>. Acesso em: 14 mar. 2022. A crítica do NOC à UPES pode ser verificada na parte quatro do documentário *República do Caos* (Silva; Jesus; Chagas, 2017), enquanto a notícia mais antiga acerca da contradição entre as ocupações autônomas e a UPES se deu no dia 5 de outubro antes mesmo da ocupação do Colégio Estadual do Paraná: Disponível em: <<https://www.vice.com/pt/article/pge4qb/escola-ocupada-parana-contra-reforma-ensino-medio>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

<sup>14</sup> Até então não é possível confirmar a hipótese de que a internet foi um fator preponderante de contágio das ocupações dado que a maioria das pesquisas sobre as redes sociais e a ocupação focam somente nas páginas de Facebook das ocupações (Torresan, 2019; Tori *et al.*, 2020).

<sup>15</sup> É possível constatar a relação direta entre a ocupação do Colégio Estadual Pe. Arnaldo Jansen, primeira escola ocupada na segunda onda, e as ocupações subsequentes, para isso checar: Corrêa, 2022, p. 55-57 e 80; a entrevista de secundarista Renata de São José dos Pinhais (2019) divulgada pela pesquisa nacional das ocupações; documentários *República do Caos* (Silva; Jesus e Chagas, 2017) e *Ocupa Tudo* (Pronzato, 2017) e a reportagem “Uma madrugada na 1º escola ocupada no Paraná contra a reforma do ensino médio” Rocha e Dietrich (2016).

internet dentro da ocupação, a gente usava mais pra comunicação com as ocupações [de Ponta Grossa]" (Secundarista Ponta Grossa<sup>16</sup>, s/d, p. 10)<sup>17</sup>.

Em Francisco Beltrão o uso das redes sociais parece ter sido similar, restrito às ocupações daquele município e em menor medida da região na qual a ocupação se localizava:

**Entrevistado:** a gente utiliza mais as mídias, né, tipo Facebook, celular. Então a gente tinha um grupo das escolas do município, né, ocupadas, e tinha esse diálogo entre todas as escolas, né. Tipo, o que tava acontecendo em uma, a gente repassava [...]

**Entrevistador:** A forma que vocês se organizaram, vocês montaram mais conversando com outras escolas que já estavam ocupando, que ocuparam juntas, é isso?

**Entrevistado:** Sim, é isso. Mais nesse diálogo de município mesmo. Tinha algumas do Sudoeste, né, alguns outros municípios menores que também ocuparam, mas que a gente também tinha essa relação. Mas mais efetivamente foi com o pessoal aqui do município. (Secundarista Sudoeste Paraná, 2019, p. 21-22)<sup>18</sup>

O caso se repete para os municípios de Paranaguá e Pato Branco<sup>19</sup>. Na maioria dos casos as ocupações de um dado município possuem relações internas entre si, mas não há evidência de que essas relações se estendam para além dos limites municipais.

No interior, é possível notar origens e formas organizativas destoantes do modelo apresentado, bom exemplo para isso é a cidade de Ponta Grossa, na qual a união municipal dos estudantes secundaristas liderada pelo coletivo de juventude do PCdoB foi preponderante para a decisão de ocupar escolas antes mesmo do início da segunda onda de ocupações:

A gente fez um ato da UMESP contra a reforma do ensino médio. Se não me falha a memória foi no Mês de agosto... Nós já tínhamos ocupado a [Escola Estadual] Frei Doroteu e a Escola Ana Divanir Borato estava começando o

<sup>16</sup> A pesquisa nacional das ocupações divulgou as entrevistas com nomes fictícios dos estudantes, para maior distanciamento da personalidade dos secundaristas optou-se por alterar para seus locais de ocupação no intuito de evitar quaisquer constrangimentos.

<sup>17</sup> Transcrição entrevista secundarista Ponta Grossa 1. s/d. p. 10. Disponível em: <<https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

<sup>18</sup> Transcrição da entrevista com secundarista Sudoeste paranaense 1. 6 nov. 2019. p. 21-22. Disponível em: <<https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>>. Acesso em: 9 mar. 2022.

<sup>19</sup> Transcrição da escravista secundarista Paranaguá 1. 29 ago. 2019, p. 4-5. Disponível em: <<https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>>. Acesso em: 9 mar. 2022. Transcrição entrevista Militante do PCdoB Pato Branco, 2019, p. 4-5. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 9 mar. 2022.

processo de ocupação pelas condições de estrutura da escola. Naquele ato nós deliberamos que a escola Polivalente também seria ocupada. (Secundarista Ponta Grossa 2, 2019, p. 3, 6)

O PCdoB foi fundamental também para as ocupações de Pato Branco, onde um de seus militantes foi chamado para a primeira reunião de discussão sobre as ocupações, posteriormente atuando como um organizador interno das ocupações durante os protestos:

[na reunião com os grêmios] fiz uma fala, uma contribuição e tudo mais e antes de terminar de falar a turma começou a me interpelar dizendo “como que faz? a gente quer ocupar nossas escolas, vamos ocupar nossas escolas”. [...] E aí começou uma semana de preparação e assim dos grêmios rodando de sala em sala, eu eventualmente ajudava orientar eles, conversar com os grêmios sobre como fazer, a forma de fazer. (Entrevista Militante PCdoB de Pato Branco, p. 4-5).

Apesar da figura do “militante político de carteirinha” as ocupações de Pato Branco não apresentam tensões, pelo contrário, este ator é valorizado pela sua experiência e capacidade de liderança no processo das ocupações, portanto, longe de valorizar a autonomia e horizontalidade os secundaristas dessa cidade parecem demandar a presença de figuras “mais velhas”, o mesmo fenômeno pode ser verificado pela tutela adulta das ocupações em Irati-PR afirmando a constante presença de um “adulto responsável” presente nas escolas ocupadas (CORSO, 2020).

Ao abordar as formas de organização das ocupações no interior de estado, logo se percebe uma configuração alheia ao modelo de horizontalidade prescrito, as lideranças explícitas são aceitas, as assembleias não ocorrem ou quando ocorrem não são dotadas de legitimidade especial e as entidades representativas são atores legitimados. Curiosamente, a tentativa de introduzir a democracia direta em uma ocupação vem das lideranças do movimento, mas se defronta com a resistência dos outros secundaristas: “Elas [as pessoas secundaristas] não querem decidir juntas. Assim, parece uma coisa totalmente contraditória, mas sentir que as pessoas esperavam que alguém assumisse a responsabilidade sempre, isso era constante.” (Secundarista Paranaguá, 2019, p. 8).

A presença de grêmios estudantis fora rechaçada nas ocupações da Região Metropolitana de Curitiba, mas essa estrutura de representação serviu muito bem às ocupações do sudoeste paranaense:

Então a gente trocava essas informações e a gente decidiu, o Grêmio, em conversar primeiro com os representantes de turma. Então a gente sempre fazia reuniões, primeiramente, com os representantes de turma, pra discutir, aí eles levavam as pautas pra salas, e depois traziam as demandas, né, ou o que eles identificavam. [...] Então a gente sempre tentou o diálogo com os representantes, então a partir dali, dessas conversas com os representantes, foi estabelecendo ações para ocupar. (Secundarista Sudoeste Paraná, 2019, p. 17-18).

O conflito entre as necessidades decisórias do movimento e a censura das lideranças aplicada pelo princípio da horizontalidade foi uma constante das ocupações curitibanas (PACHECO, 2018, p. 258-259), em contrapartida, não foi verificado em nenhuma entrevista do interior do Paraná.

É significativo que após às ocupações as alternativas de atuação política procuradas pelos estudantes do interior sejam preexistentes às ocupações, recorrendo a estrutura prévia do movimento estudantil secundarista em vez de romper com ela e superá-la na forma de sua organização pautada pela democracia direta, como ocorreu em Curitiba com a criação de coletivos (STEIMBACH, 2018, p. 27).

As relações sociais produzidas pelas ocupações parecem ter um caráter eminentemente local, apesar do uso intensivo da internet para comunicação interna do movimento.

Steimbach (2018, p. 42) demonstram a importância das ocupações de São José dos Pinhais para propagar e organizar ocupações na Região Metropolitana de Curitiba, em função da organização de uma assembleia em praça pública que resultou nas primeiras ocupações, o documentário *República do Caos* (SILVA; JESUS; CHAGAS, 2017), documenta a importância das visitas desses estudantes a outras ocupações em Araucária, Colombo e Curitiba como fator importante de consolidação do movimento. Junto dessas interações face a face as ocupações da região metropolitana incorporaram as formas organizativas, pautas e repertório de ação constituintes das ocupações de São José dos Pinhais.

As referências a ocupações centrais ou pioneiras a nível municipal são comuns dentro do movimento secundarista de ocupações que se repete em Paranaguá, no Sudoeste Paranaense e em Ponta Grossa:

As pessoas começaram a ter como referência de levar as coisas para lá [Escola da entrevistada]. Mas, tinham escolas que estavam ocupadas que não tinham condições de continuar a ocupação porque elas não tinham alimento, elas não tinham nada. Então nós fazímos essa redistribuição para tentar fortalecer. (Entrevista Secundarista Paranaguá, p. 11)

A mesma entrevistada revela que foi convidada a construir uma ocupação pois estudantes de uma outra escola de região periférica da cidade a reconheceram como “uma importante figura” de uma das ocupações centrais da cidade, no sudoeste paranaense é possível perceber a capacidade do entrevistado identificar as diversidades dentro do município, o que evidencia um grau de comunicação e relação social relativamente constante:

**Entrevistado:** Das escolas, o [Colégio 1] teve mais aceitação...

**Entrevistador:** Debate?

**Entrevistado:** É, mais debates. Esse aqui era também um ex-presidente de Grêmio Estudantil lá do Cristo Rei e o outro de outra escola, [Colégio 2]. Então... Nossa, lá no [Colégio 1], a gente foi tranquilo, teve uma ocupação tranquila. [...] Alguns colégios tiveram mais problemas, né. Que teve até [o Colégio 3] que deu conflito, que teve até aluno que foi pra... Chegou polícia, teve... Foi agredido, né, empurra-empurra... E depois teve algumas complicações. Mas que no [Colégio 1] foi tudo tranquilo.

**Entrevistador:** Sim, sim. E no Paraná as ocupações já tinham começado desde o começo de outubro?

**Entrevistado:** Se eu não me engano, sim. Já tinha bastante. Em município e na região Sudoeste foi a partir dali, do [Colégio 4], do [Colégio 1], que impulsionou. (Entrevista Secundarista Sudoeste Paranaense 1, p. 5, 18, 19).

Os militantes da UJS de Ponta Grossa e Pato Branco realizaram a função de atuar como porta-vozes das escolas ocupadas em relação a outras organizações para garantir a manutenção das ocupações, assim como realizaram pontes entre as ocupações (Corrêa, 2022). Decorre dessa municipalização a constituição de uma diversidade de formas organizativas e repertórios de ação das ocupações.

Um elemento fundamental dessa diversidade é a atitude para com atores externos às ocupações, chamados de apoiadores, no interior do estado. Estes atores estão longe de serem posicionados como atores exógenos às escolas ocupadas contra os quais

os estudantes demandavam protagonismo e autonomia, como na Região Metropolitana de Curitiba.

As redes de apoiadores às ocupações foram essenciais para manutenção das ocupações, garantindo alimentação<sup>20</sup> (STEIMBACH, 2018, p. 247), oficinas, assim como orientações sobre a organização do movimento (PACHECO, 2018, p. 124), o caso de uma ocupação no qual o contato entre estudantes, professores e organizações políticas fora completamente revela a fragilidade da manutenção das ocupações (Entrevista Secundarista Campos Gerais, s/d, p. 2-3).

Contudo, alguns apoiadores assumem papel central na organização das ocupações e afetam os princípios de orientação das ações secundaristas, é o caso do PCdoB em Pato Branco que se efetiva como direção das ocupações ao influenciar a decisão para desocupação sem resistência das escolas quando das decisões de reintegração de posse das escolas<sup>21</sup>:

O que, que eu orientei e a gente chamou uma outra assembleia das ocupações da cidade mesmo aqui em Pato Branco e na inteligência coletiva nós adotamos a seguinte postura. Nós, a ocupação, os agentes da ocupação vão desocupar no sentido de que o ENEM seja realizado e que a juventude tenha acesso a prova e possa acessar o ensino superior. (Entrevista Militante do PCdoB, 2019, p. 8)

Essa orientação é completamente contrária à resistência às reintegrações de posse na Região Metropolitana de Curitiba onde organizações e apoiadores mobilizaram-se para confrontar o poder policial, a palavra de ordem *Ocupar e Resistir* leva a cenas emblemáticas nos documentários *República do Caos* e *Ocupa Tudo* onde os estudantes são forçados a sair das escolas mediante a ameaça de multas (SILVA, JESUS e CHAGAS, 2017; PRONZATO, 2017).

<sup>20</sup> Entrevista Secundarista São José dos Pinhais 1 relata a necessidade do sindicato para garantir fogão, colchões e insumos alimentares básicos na noite da ocupação do Colégio Estadual Pe. Arnaldo Jansen. Transcrição entrevista Secundarista São José dos Pinhais 1, p. 5-6.

<sup>21</sup> As reintegrações de posse das escolas ocupadas no Paraná se iniciaram junto com as ocupações, não obstante, não foram efetivadas imediatamente, o caso da morte de um secundarista dentro de uma escola ocupada em Curitiba (24/10/2016) acelerou significativamente os processos de reintegração de posse na última semana de outubro de 2016 que passaram a ser realizados no dia 26/10/2016, o itinerário das disputas jurídicas em torno das ocupações pode ser acompanhado pela dissertação de Santos (2019).

Pacheco (2018, p. 124), por sua vez, relata o conflito entre um coletivo *antifa* e o Levante Popular da Juventude em relação às ocupações de Curitiba levando a tensões entre essas tradições políticas no âmbito do Colégio Estadual Pedro Macedo, a escola sofreu ataques de grupos civis interessados na desocupação das escolas e a forma de resistência dos secundaristas foi disputada pelas organizações apoiadoras em diálogo com os estudantes, por fim, os secundaristas optaram pela proposta antifascista de resistir à desocupação pela ameaça de força, caso necessário. Por isso podemos afirmar que as decisões secundaristas sobre o seu movimento não são meramente autônomas, mas dialógicas com apoiadores que também propõem alternativas práticas que podem ou não ser adotadas pelos protagonistas do movimento, seja na Região Metropolitana de Curitiba com maior influência da tradição autonomista ou no interior do estado com maior influência de organizações partidárias e entidades estudantis.

### **Considerações finais**

O modelo dos princípios de autonomia e horizontalidade não parecem ser tão universais quanto se propõem, quando os autores apresentam o modelo afirmando que: “em todos os demais estados foi possível verificar como esta demanda do protagonismo secundarista pautou a relação com os atores externos” (MEDEIROS; JANUÁRIO e MELO, 2019, p. 24) o postulado está parcialmente correto, em todos os lugares onde surgem ocupações de escola há uma demanda de protagonismo dos secundaristas, o que não dizer que a demanda de protagonismo seja a mesma e nem que haja uma forma pré-determinada de relação com os apoiadores.

A demanda de protagonismo se estabelece a partir das relações concretas dos secundaristas com sua situação local, de forma que atores externos de diversas origens modificam em larga medida as formas organizativas das ocupações, seus princípios de ação e repertórios de ação, assim, só podemos considerar o conceito de autonomia de forma relacional estabelecida com relação a algo ou alguém ao mesmo tempo que se estabelecem laços de dependência e reciprocidade com outros, no caso, diversas ocupações produziram relações recíprocas com atores externos que afetaram diretamente as formas organizativas e os princípios políticos do movimento.

Ao assumir que as ocupações aceitavam doações de atores externos: “a ocupação da escola só se manteve com a base da colaboração de sujeitos externos a ela” (MEDEIROS; JANUÁRIO e MELO, 2019, p. 22) e então afirmar que os estudantes possuíam autonomia perante esses sujeitos externos os analistas do movimento secundarista de ocupações esquecem que os laços sociais não podem ser separados dos laços materiais: ao doar alimentos, fogões, colchões os apoiadores estão também trocando experiências, ideias, ideologias que afetam ambas as partes da relação.

Há uma razão prático-política para esse esquecimento, a estratégia de deslegitimação do movimento secundarista passa pela acusação de manipulação e partidarismo das ocupações, levando à prática comum de afirmação do apartidarismo e autonomia do movimento, uma ferramenta tática de disputa de legitimidade pública do movimento. Não obstante, os dados revelam fortes relações entre os princípios políticos de determinados apoiadores e as formas organizativas concretas assumidas pelas ocupações, assim como uma diversidade imensa entre as ocupações do interior do Paraná e da Região Metropolitana de Curitiba.

Na realidade, o que ocorre é uma troca de condições objetivas (alimentos, materiais de higiene e cuidados, etc.) e subjetivas (ideias, formas organizativas, repertórios de ação) no âmbito municipal onde os estudantes reconhecem-se entre si no município, mas mantém limitadas relações fora dele, o que interfere também nas formas organizativas e nos princípios políticos das ocupações, apesar de não conferir uma homogeneidade desses elementos subjetivos das ocupações nos municípios, afinal cada ocupação acaba por ser uma amalgama de elementos externos e internos em função da relação social produzida caso a caso.

Por conseguinte, quando um grupo de secundaristas resolve se mobilizar ocupando uma escola eles não possuem de prontidão uma concepção de ocupação que forma comissões para divisão de tarefas rotativas separadas em alimentação, comunicação, limpeza, segurança, imprensa, informação, relações externas, etc. essas comissões se existirem também não são automaticamente criadas para questionar a naturalização da divisão sexual do trabalho e opressão de gênero, as assembleias diárias também não se constroem sozinhas. É necessário um aprendizado político derivado de

relações concretas, sendo impossível pensar as ocupações como fenômenos absolutamente autodeterminados.

Cada uma dessas relações se estabelece por meio de negociações dos elementos subjetivos das ocupações que resultam em formas organizativas diferentes mesmo que todas elas compartilhem a tática de ocupar suas escolas. Não é um traço comum das ocupações de escola estarem afastadas das juventudes partidárias, dos movimentos sociais tradicionais ou de qualquer tipo de organização em favor de uma primazia autonomista, pelo contrário, é *característico do movimento secundarista de ocupações constituir relações com atores sociais externos, incluindo organizações políticas da esquerda, imediatamente próximas aos ocupantes e neste processo constituir relações de dependência que envolvem elementos objetivos e subjetivos constitutivos que afetam profundamente as decisões políticas tomadas pelos secundas.*

## Referências

- BARDIN, L. **El análisis de contenido.** Madri: Ediciones Akal, 1996.
- BORGES, S. G. **A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos: UNISINOS. São Leopoldo, 2018.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança:** Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CAMPOS, A. M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M. **Escolas de luta.** São Paulo: Veneta, 2016.
- CAMPOS, A. M. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas em São Paulo. In: MEDEIROS, J; JANUÁRIO, A; MELO, R. (orgs.). **Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016).** São Paulo: Editora 34, 2019. p. 79-102.
- CORRÊA, V. L. **Autonomia e horizontalidade no movimento secundarista de ocupações:** princípios genéricos ou localizados. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais), Universidade Federal do Paraná: UFPR. Curitiba, p. 118. 2022.

CORSO, A. M. **Ocupar é aprender**: Representações da juventude sobre as ocupações em escolas públicas de ensino médio em Irati (PR). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP. Campinas, p. 242, 2020.

COSTA, A. A. F; GROOPPO, L. A. **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João Editores. 2018.

DAVID, F. M. **Movimento de ocupações escolares**: “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão-PR. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná: UNIOESTE. Francisco Beltrão, p. 153, 2019.

FALAVINHA, K. **Política da participação estudantil em defesa da gestão democrática da educação**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná: UFPR. Curitiba, p. 206, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GROOPPO, Luis Antonio. O Novo Ciclo de Ações Coletivas Juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROOPPO, Luís Antonio (Org.). **O Movimento de Ocupações Estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro&João Editores, 2018. p. 85-118.

JANUÁRIO, A; CAMPOS, A. M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M. M. **As ocupações de escolas em São Paulo (2015)**: autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. Revista Fevereiro, nº9. pp. 166-199, abr. 2016.

LEME, R. B. **Movimento estudantil secundarista como resistência às políticas educacionais neoconservadoras**: as ocupações de escolas públicas nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná (2015-2016). Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, p. 239, 2018.

MEDEIROS, J; JANUÁRIO, A; MELO, R. (orgs.). **Ocupar e Resistir**: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.

PACHECO, C. S. **Ocupar e resistir**: As ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil do Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 271, 2018.

PRONZATO, Carlos. **Ocupa Tudo**. 2017. (56:58). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TD3toiuQfxo>>. Acesso em: 23. abr. 2024.

RAMOS, A. R. **Movimento autônomo secundarista de São Paulo**: conflitos, processos sociais e formação política. Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas, 2020, p. 274.

SILVA, M. R; CALDAS, ANA; JESUS, P. **República do Caos** – CWB contra Temer. 2017a. (22:44). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=1>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

SILVA, M. R; CALDAS, ANA; JESUS, P. **República do Caos** – Ocupa Tudo (Parte 2). 2017b. (25:27). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=2>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

SILVA, M. R; CALDAS, ANA; JESUS, P. **República do Caos** – Ocupar e Resistir (Parte 3). 2017c. (26:17). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=3>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

SILVA, M. R; CALDAS, ANA; JESUS, P. **República do Caos** – CWB contra Temer. 2017d. (22:44). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=1>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

SILVEIRA, I. B. “**Lute como uma menina**”: Gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alfenas: UNIFAL. Alfenas, p. 103, 2019.

STEIMBACH, A. A. **Escolas ocupadas no Paraná**: Juventudes na resistência política à reforma do ensino médio (Medida Provisória 746/2016). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná: UFPR. Curitiba, p. 348, 2018.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995, p. 15-42.